

ÁREAS PROTEGIDAS NO SEMI-ÁRIDO CEARENSE-BRASIL: UMA ANÁLISE NA DINÂMICA AMBIENTAL DE ITAPIPOCA

Antônio Sávio Magalhães de Sousa*
Mestrando do PRODEMA- UFC
Profª Drª Vlândia Pinto Vidal de Oliveira
Universidade Federal do Ceará
Vlania.ufc@gmail.com

INTRODUÇÃO

A pressão da sociedade sobre os recursos naturais vem provocando severos resultados ao ambiente; refletindo no declínio da biodiversidade e qualidade de vida das populações. O homem tem necessidade de intervir no ambiente para atender melhorias do seu bem estar, não obstante, não deve promover alterações na natureza sem prévio planejamento. É preciso questionar-se sobre as intervenções no ambiente, mediante a busca por uma qualidade de vida, em paralelo à exploração dos recursos naturais: retirada da cobertura vegetal, destruição dos ecossistemas e o comprometimento da biodiversidade. Dessa forma, quer por falta do conhecimento ou simplesmente por mera desconsideração aos limites ecológicos que o ambiente natural possui, observa esta ocupação, um ato contínuo e descontrolado que vem sendo praticado desde período da colonização na América Latina. Em princípio, o processo de ocupação no Brasil se deu pela faixa costeira, onde houve a derrubada de grandes indivíduos de vegetação para construção de embarcações, moradias, e exportação. Essas ações foram promovidas, com a justificativa de legitimar o projeto de colonização européia, segundo Leff (2000).

O resultado da força imposta principalmente pelos espanhóis na América Latina, e pelos portugueses no Brasil, provocou também a destruição de diversos grupos étnicos indígenas. As terras indígenas foram expropriadas pelos colonizadores, provocando alteração e perdas drásticas à dinâmica ambiental. Até hoje, o avanço espacial e os recursos naturais são vistos apenas como fatores básicos essenciais à produção em larga escala, ou seja, como insumos. Nessa dinâmica não é considerado a real importância ecológica para o desenvolvimento de forma sustentável. Atualmente, tais relações são orientadas pelo modelo de desenvolvimento defendido pelo capitalismo, seguindo um padrão que desconsidera as particularidades de cada grupo social e de cada ambiente. Dessa forma, em contraposição ao sistema capitalista, deve haver o respeito e o

* Bolsista do DAAD (German Academic Exchange Service)

reconhecimento da cultura local e da natureza, como importante mecanismo de proteção do ambiente. Assim, Diegues (1992) defende os grupos sociais baseados, essencialmente, na sustentabilidade ambiental e nos valores culturais, sociedades sustentáveis ou comunidades sustentáveis. O envolvimento dos agentes sociais deve promover a conservação da base ecológica e melhoria no uso dos recursos naturais, destacando-se: manutenção dos processos ecológicos, preservação da diversidade genética, utilização sustentada das espécies e dos ecossistemas.

As relações estabelecidas por meio contato do homem / natureza são percebidas de forma diferenciada por diversas culturas. Onde se torna evidente a exploração demasiada dos recursos naturais por aqueles que compõem um ritmo de vida influenciado pelo capitalismo, onde as pessoas assumem uma cultura com viés consumista, materialista, devastador da natureza. Os valores culturais passam a ser regidos por um mercado de consumo que dita as variadas formas de viver nessa sociedade capitalista. Mas encontramos ainda, em meio a essa corriqueira dinâmica populacional valores que se espelham em comunidades tradicionais ou primitivas, que vivem em função do uso dos recursos da natureza, que vai além do abastecimento das necessidades do homem, mas que respeitam as limitações de uso, decorrente de barreiras naturais que causam o esgotamento dos recursos naturais. É importante salientar que comunidades tradicionais também incorporam valores e costumes da sociedade moderna, herdada do contato estabelecido por meio do processo de colonização. Durante essa troca de experiências, a partir do momento em que há perdas consideráveis dos bens materiais (recursos naturais) e imateriais (valores culturais), deve ser definido um meio para rever tais trocas, identificando quais os problemas gerados, assumindo os prejuízos que são acarretados a tais grupos sociais.

Observando as alterações da dinâmica espacial da sociedade moderna torna-se necessário uma leitura onde as pesquisas possam colaborar no entendimento de como os diversos grupos sociais estabelecem suas relações.

A resistência passa a ser um meio natural para os grupos que fazem o uso original do espaço, garantindo seu uso através de mecanismos legais, respaldados pelo processo histórico, através das relações estabelecidas, justificando a fixação, a permanência e a manutenção do meio e das comunidades tradicionais.

DESCRIÇÃO DAS ETAPAS DE ELABORAÇÃO: METODOLOGIA

Respaldado na necessidade em proteger os biomas existentes no semi-árido cearense, essa pesquisa objetiva-se diagnosticar o estado de conservação das unidades fitoecológicas do município de Itapipoca. Destacando, nesse contexto, a vegetação como importante indicador na análise da dinâmica ambiental. Para alcançar tal objetivo fazem-se necessários alguns objetivos específicos tais como: delimitar e caracterizar os sistemas ambientais e entender os processos históricos de uso/ocupação do território.

Para a definição de um espaço para investigação dos aspectos culturais e socioambientais para análise, levou-se em consideração: uma dimensão suficiente para dar conta das observações, a diversidade ambiente, e as diferenciações quanto ao uso, optando-se em desenvolver o trabalho na cidade de Itapipoca, localizada ao norte do Estado do Ceará. Consiste em uma ambiente que apresenta característica comum a todo o território cearense, a semi-aridez.

Para o entendimento da área em estudo, torna-se imprescindível o levantamento das características do espaço e de sua dinâmica e quais unidades fitogeográficas são encontradas. Na concepção metodológica na etapa do diagnóstico, prioriza-se a visão de totalidade para a caracterização das unidades geossistêmicas. Destacam-se, nesse aspecto, as concepções metodológicas contidas em Tricart (1977), Bertrand (1969), Sotchava (1976), Beroutchachvili e Bertrand (1977), Tricart e Killian (1979), destacando-se igualmente alguns trabalhos desenvolvidos no Nordeste Brasileiro aplicando referenciais sistêmicos, holísticos e dialéticos como em Souza (1988), Souza et al (1994) e Oliveira (2003).

A fundamentação teórica metodológica da pesquisa orientou-se por meio de um levantamento bibliográfico, procurando uma abordagem que estivesse associada às questões relacionadas com uma idéia diferenciada de utilização do ambiente por meio de grupos sociais distintos ou mesmo aqueles agente que modificam os mesmo. Assim, assumiu-se a idéia de tempo e espaço (HARVEY, 1998), de um tempo como um processo contínuo para formação de uma realidade, e de um espaço objetivo para o uso de um determinado fim de forma objetiva, e um mesmo espaço que assume um caráter subjetivo quando se tem um uso diferenciado. Procuraram-se ainda periódicos (O POVO, 2007; DIÁRIO DO NORDESTE, 2007) que pudessem identificar qual a real demanda existente no objeto para a área em estudo.

Com o intuito de coletar informações em campo de alguns agentes produtores do espaço, foi elaborado um questionário semi-estruturado para compreender a percepção das pessoas acerca das questões ambientais e do espaço vivido. As questões que podem

ser tratadas remetem a conflitos territoriais para o uso da terra, e tentativas de expropriação da terra das comunidades tradicionais, as quais ainda se encontram em processo de delimitação como uma reserva, ou seja, uma área protegida por lei.

Na realização do trabalho de campo, foi feito o reconhecimento da área de estudo percorrendo as diferentes unidades geoambientais, verificando as atividades desenvolvidas nessas unidades e quais características marcam o cotidiano das pessoas, de acordo com as relações estabelecidas no tempo e no espaço. Devido à extensão da área de estudo e à disponibilidade restrita de tempo para realização de todo o trabalho a pesquisa ainda estar em processo de conclusão, optando-se para o momento o aprofundamento das discussões de um dos grupos sociais, localizado na unidade ambiental, tabuleiro pré-litorâneo. Selecionou-se a comunidade indígena Tremembé de São José e Buriti, fixado na área por longo período e que conta com um considerável histórico de ocupação. O motivo que levou a escolha dessa comunidade se deu devido aos recorrentes conflitos com agentes imobiliários, empresários do ramo do turismo, por apresentarem interesses distintos quanto ao uso do espaço em relação ao valor do espaço em que habitam. Além da comunidade indígena, existe na mesma unidade ambiental (Tabuleiro Pré-litorâneo), comunidade de pescadores, assentamentos federais de trabalhadores rurais. Assim, verificam que existem outras dinâmicas de comunidades, que estão sendo alvo dos investidores imobiliários causando um embate direto com todos esses grupos sociais.

DISCUSSÃO E PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES GEOGRÁFICAS

Os sistemas ambientais, no caso do Ceará, sofreram grandes transformações do espaço natural de seu território, ao longo do processo de uso e ocupação. Outro fator que propiciou essas transformações foi a grande influência exercida pelo clima semi-árido, segundo Ab'Saber (2003). Os enclaves úmidos que compõe os ambientes de exceção no Ceará, representados pelas serras localizadas próxima ao litoral, além de apresentarem um entorno de influências de semi-aridez, apresentam avançadas marcas quanto à degradação dos recursos renováveis. No município de Itapipoca, objeto de estudo desta pesquisa, há uma carência na definição de áreas a serem protegidas, relacionadas às Reservas Legais, Áreas de Preservação Permanente e Terras Indígenas. É importante considerar que no território existe uma diversificação de comunidade e de unidades fitogeográficas, sendo delimitadas cinco Sistemas Ambientais por Oliveira

(1998) e que apresentam uso e dinâmica bastante diversificada. Importante destacar que há duas áreas protegidas em Itapipoca que se encontram na planície litorânea (zona costeira), ou seja, localizada na unidade geomorfológica de menor proporção. Dos 6.358ha de zona litorânea de Itapipoca (4,11% do município), 2.061ha estão protegidos pelas duas unidades de conservação existentes, ou seja, 1,33% já estão inseridos em áreas protegidas, estando ainda as demais unidades geomorfológicas do território (95,89%) sem cobertura de qualquer instrumento de defesa. A preocupação na definição de espaços protegidos (planejamento, criação, monitoramento) tende a proporcionar melhorias no contexto sócioambiental, ordenando assim, as formas de uso da natureza. Visa-se com isso, propor alternativas para a proteção de espaços considerados de interesse ecológico e social, bem como propor áreas para criação de espaços protegidos, segundo a definição de Unidades de Conservações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), vinculadas diretamente à legislação ambiental.

No discurso capitalista encontram-se indivíduos, grupos sociais e comunidades que sofrem a pressão imposta pela modernidade, através de estratégias aliadas a homogeneidade e a padronização de modos de vida das pessoas.

Harvey (2001), por meio de modos mais flexíveis de acumulação do capital, sem considerar as questões relacionadas à Natureza e sem se preocupar com os problemas ambientais que possa ocorrer, incorpora ao seu discurso uma idéia de desenvolvimento econômico procurando que seja alcançada a satisfação, o bem estar, a realização pessoal.

Atualmente, ainda encontramos grupos sociais que mantêm práticas culturais tradicionais, é o caso da comunidade indígena Tremembé de São José e Buriti.

De acordo com relatórios técnicos (MEIRELES & MARQUES, 2004), os primeiros moradores são de origem da comunidade indígena dos Tremembés que habitam um município próximo, Itarema. Segundo relato de moradores, os mais antigos, os seus avós, os pais dos seus avós passaram a ocupar a terra para tirar o sustento através da pesca e utilização das plantas. Conforme diversos registros documentais (Laudos, Relatórios, Pareceres, Cartas, etc.) têm-se registro que os Tremembés vivia em princípio na faixa litorânea, entre rios e estuários cobertos por mangues no Nordeste do Brasil, e se estendiam desde a foz do Rio Gurupi até a foz do rio Apodi, isto é, toda costa dos atuais Estados do Maranhão, Piauí e Ceará (SAMPAIO *et. All.*, 2002). Dessa forma, enquanto outros grupos indígenas habitavam áreas continentais, os Tremembés desenvolviam todas as suas atividades em função de um ambiente natural influenciado

por praias, estuários, tabuleiros, através da pesca, do uso do potencial natural, como plantas, o solo, etc., disponíveis nesse ambiente.

Ao processo de ocupação, os documentos históricos relatam as diversas tentativas de expulsão e retirada do direito de uso e de posse dos índios Tremembés. O presidente da província do Ceará em 1963, chegou a relatar que não mais havia índios aldeados ou bravios no Ceará. Mas, devido à resistência e ao apoio de missões religiosas, pela criação de decretos, e até leis (lei de Terras de 1850), os índios Tremembés ocupam uma região litorânea nos municípios de Itarema, Almofala e Itapipoca.

A identidade cultural dos Tremembés tem sofrido formas distintas de afixação, que datam desde os primeiros contatos com os colonizadores, até os dias atuais. Como forma de garantir os espaços indígenas para realizar suas manifestações culturais, atividades de subsistência e preservação do patrimônio histórico os territórios indígenas estão em processo de definição dos seus limites, identificando as dinâmicas dos índios.

Nesse contexto, o interesse dos índios entra em choque com o interesse do mercado (industrial, imobiliário, turístico), travando uma luta pela busca de garantir espaços. Os registros que os índios preservam, de certa forma, não são suficientes para comprovar o direito do espaço é preciso recorrer a pesquisadores (antropólogos, sociólogos, geógrafos) elaborando relatórios técnicos, pareceres, laudos, registrando os costumes, as práticas culturais, o cotidiano. As danças, as tradições orais e práticas são mantidas, mas existe também um choque cultural e trocas culturais, que são mantidas desde os primeiros registros de aldeamento até os dias atuais.

Na comunidade dos Tremembés São José e, Buriti existe o interesse (econômico externo) para implantação de mais duas atividades, uma é para o plantio em larga escala da cultura do coco para uso industrial, e a outra é a instalação de um grande empreendimento turístico. As atividades indígenas são prejudicadas devido o cultivo do coco, sendo plantando de forma extensiva, devido a derrubada da mata, impedindo a manutenção das atividades de subsistência. Quanto ao turismo a problemática não está relacionada com o desenvolvimento do turismo, a questão é como se dará sua implantação, ou seja, em larga escala, homogeneizando essas práticas de acordo com o modelo ditado pelo capitalismo, devastando a cultura local e retirando as comunidades tradicionais.

Em estudos antropológicos da década de 1930 (EVANS-PRITCHARD, 1978) o tempo e o espaço estabelecem uma concordância com as questões da natureza do grupo

aborígine que vive na África centro-oriental, os Nuer, instalada próximo a rios, e estabelecendo contatos e empréstimos culturais de outros grupos aborígenes que vivem em função do meio ambiente, concordando com um sistema político coerente com sua ecologia, obedecendo a um sistema territorial onde se tem domínio e controle sobre tudo que é extraído. Conscientes de sua identidade os diversos grupos indígenas (Tremembés, Nuer), tem a necessidade de preservar suas práticas, o seu meio, considerando as observações das variações naturais do e no ambiente, de acordo com o tempo de espaço para cada situação.

A história de lutas e de resistência dos povos não pode ser desrespeitada, tendo sempre que:

(...) buscar-se uma “identidade étnica”, geralmente entendida como uma auto-classificação, sendo necessário que se conheçam as percepções da sociedade envolvente quanto ao grupo étnico envolvido, ressaltando que geralmente são marcadas por preconceitos e estigmas.

A construção da “identidade étnica” é marcada por relações sociais bastante dinâmicas no encontro entre culturas diferentes, independente do quanto o teor de mudanças (adoções e abandonos) culturais ocorram. A negação e a afirmação étnica podem operar-se quando membros de segmentos, ou “grupos étnicos” se defrontam. (MEIRELES & MARQUES, 2004, p.34)

CONCLUSÃO

As questões socioambientais de interesse de comunidades tradicionais estão sendo atacadas pelo interesse das grandes empresas, corporações e interesses do capital para instalação de uma grande infra-estrutura modificando toda a dinâmica já existente.

A garantia da sobrevivência e da cultura remete não apenas a perpetuação de costumes, rituais, práticas religiosas, e propagação dos bens imateriais, vai além dessa concepção. Vale a pena ressaltar que nesse contexto o contato do indivíduo com o *espaço* (físico), onde são estabelecidas relações específicas a cada grupo social, é de extrema importância para garantir a expressão dos valores culturais. A dimensão assumida pelo uso do espaço torna-se assim um idéia característica à cada cultura, tornando-se assim uma categoria que admite caráter objetivo, o território. Mas, a partir do momento em que se registra o interesse para o uso diferenciado do espaço, o mesmo terá um caráter subjetivo, sobrepondo interesses que entram em choque e que apresentam especificidades distintas.

Em meio a essa postura assumida pela sociedade hoje, ainda podemos encontrar grupos sociais que resistem a essas transformações. Tomando como ponto de partida os grupos sociais que já passaram por um processo de ajustamento e assimilação de alguns valores das sociedades modernas, desde a colonização, ainda existe comunidades tradicionais que mantêm seus valores culturais preservados por gerações, através de longos períodos, como forma de garantir a sobrevivência, bem como resguardando que seus membros assumam uma identidade peculiar, mesmo que adaptado aos tempos atuais.

Devemos então estar sempre atentos e agir de acordo com os ideais da sustentabilidade e da justiça socioambiental, promovendo a preservação do ambiente, visando um uso racional dos recursos naturais e manutenção dos ecossistemas naturais.

BIBLIOGRAFIA

Ab'SABER, A. **Os Domínios de Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. Atelier Editorial. São Paulo.2003. 159p.

BEROUTCHACHVILI, N. A. e BERTRAND, G –**Le Geosystème ou Système Territorial Naturel**. In **Geograph de Pirinèes et Sud Ouest**. V. 49, 1977. p.167-180.

BERTRAND, G. – 1969. **Paisagem e Geografia Física Global: Esboço Metodológico**. In Caderno de Ciências da Terra, V. 13, p. 1-21. IGEOG – USP. São Paulo.

DIÁRIO DO NORDESTE. **MPF quer identificação dos índios tremembés**. Cidade. CAMINHA, Cuelem. Fortaleza, 05/12/2007


DIEGUES, Antonio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: Hucitec, 1992.


EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. **Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência, das instituições políticas de um povo nilota**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2001.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MEIRELES, Antonio Jeovah de Andrade; MARQUES, Marcélia. **PARECER TÉCNICO: Estudos e levantamentos ambientais, antropológicos e arqueológicos na Terra Indígena Tremembé de São José e Buriti, município de Itapipoca/CE**. Fortaleza, Dez/2004.

O POVO₁. **Que natureza de turismo queremos para o Ceará?** Ecologia .
PATRÍCIO, Edgard. Fortaleza, 30/06/2007

O POVO₂. **Funai tem 90 dias para delimitar terras de índios.** Da Redação. SANTOS, Rocélia. Fortaleza, 05/12/2007.

O POVO₃. **Povos indígenas definem pauta de reivindicações.** Ceará. FAHEINA, Rita Célia. Itapipoca, 15/12/2007.

OLIVEIRA, V.P.V de y CARRASCO, C.G de – **Sectorialización Jierarquizada de Paisaje : El ejemplo de la Sierra de Uruburetama en el Semiárido Brasileño (Ceará-Brasil).** Revista Mercator. UFC. Fortaleza, ano 2, n.3. 2003. 113-130p.

SAMPAIO, José Levi Furtado; VERÍSSIMO, Maria Elisa Zanella; SOUZA, Maria Salete de. **A Comunidade Tremembé: meio ambiente e qualidade de vida.** Fortaleza: INESP, 2002. 177p.

SOTCHAVA, V.B. - 1976. **O Estudo dos Geossistemas. Métodos em Questão.** v.20, p. 1-19. IGEOG-USP. São Paulo.

SOUZA, M.J.N; OLIVEIRA, V.P.V de - **Os enclaves úmidos e Sub-úmidos do Semi-árido do Nordeste Brasileiro.** Revista Mercator. UFC. n. 9. 2006. 85-102p.

SOUZA, M.J.N. **Análise Geoambiental e Ecodinâmica das Paisagens do Estado do Ceará.** UECE. Fortaleza: Deptº de Geociências, 1988.

SOUZA, M.J.N. de - **Bases Naturais e Esboço do Zoneamento Geoambiental do Estado do Ceará.** In: **Compartimentação Territorial e Gestão Regional do Ceará.** FUNECE. 2000 .268P.

SOUZA, M.J.N. et al – 1994. **Esboço do Zoneamento Geoambiental do Ceará.** In: **Projeto ÁRIDAS – CEARÁ. Grupo I – Recursos Naturais e Meio Ambiente.** V.2, p. 186 – 203. SEPLAN – FUNCEME. Fortaleza.

SOUZA, Marcos José Nogueira de, et.ali. **Compartimentação territorial e gestão regional do Ceará.** Fortaleza: FUNECE, 2000.

TRICART, J. – 1977. **Ecodinâmica.** FIBGE / SUPREN. 97 p. Rio de Janeiro.

TRICART, J. e KILLIAN, J. – 1979. **L'écogeographie et Amenagement du Milieu Naturel.** Maspero. Paris.